

# Relações Brasil e Estados Unidos: A Aliança para o Progresso na Tribuna da Imprensa e no jornal Novos Rumos (1960-1963)

## *Braziland United States relations: The Alliance for Progress in the Tribuna da Imprensa and in the Novos Rumos news paper (1960-1963)*



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v14i2.3373>

*Luiz Henrique Sena Malaquias*

Graduado em História pelo Centro Universitário de Belo Horizonte – Uni BH

email: [luiz-sena8@hotmail.com](mailto:luiz-sena8@hotmail.com)



Recebido em: 30/08/2021 – Aceito em 20/12/2021

**Resumo:** O presente artigo traça parte do histórico de relações entre Brasil e Estados Unidos para que o leitor tenha melhor compreensão sobre o momento em que a Aliança para o Progresso chegou ao país. Uma contextualização da sociedade brasileira durante o governo de João Goulart também está presente, expondo a instabilidade e polarização do período. O trabalho ainda contempla uma discussão sobre os fatores que levaram os jornais Tribuna da Imprensa e Novos Rumos a adotarem posturas distintas perante a Aliança para o Progresso, bem como suas contribuições para a construção da imagem do plano.

**Palavras Chaves:** História do Brasil. Aliança para o Progresso. Tribuna da Imprensa. Novos Rumos.

**Abstract:** This article traces part of the history of relations between Brazil and the United States so that the reader has a better understanding of the moment when the Alliance for Progress arrived in the country. A contextualization of Brazilian society during João Goulart's government is also present, exposing the instability and polarization of the period. The work also includes a discussion on the factors that led the newspapers Tribuna da Imprensa and Novos Rumos to adopt different positions towards the Alliance for Progress, as well as their contributions to the construction of the plan's image.

**Keywords:** History of Brazil. Alliance for Progress. Tribuna da Imprensa. Novos Rumos

## Introdução

A ditadura civil militar<sup>1</sup> e seus entornos são um tabu que a sociedade brasileira ainda não enfrentou. Os momentos que antecederam ao golpe foram marcados pelos interesses dos Estados Unidos na política brasileira e suas diversas intervenções no país por meio de ações como o programa Peace Corps e a Aliança para o Progresso.

A Aliança foi um plano de ajuda econômica para América Latina que surgiu como resposta à expansão econômica soviética e à Revolução Cubana (LOUREIRO, 2020) mas rapidamente se transformou em ferramenta política para desestabilizar o governo do petebista João Goulart ao oferecer altas quantias de dinheiro para governadores opositores ao presidente. Os empréstimos e doações deveriam ser utilizados em obras de grande impacto que ajudassem a promover políticos anticomunistas e pró-

<sup>1</sup>Termo cunhado por Daniel Aarão Reis. O historiador ressalta a importância dos civis nas marchas de apoio ao regime e nos quadros políticos da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), o partido governista. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/prasa/post/a-ditadura-civil-militar-438355.html>>. Acesso em: 26 jun. 2021.

EUA para o pleito eleitoral de 1965. Se juntarmos a isso a posição da grande imprensa da época, esmagadoramente conservadora, oportunista e por consequência facilmente manipulável devido à necessidade de obter recursos (FICO, 2008), é possível realizar um trabalho para analisar a papel da imprensa na construção da imagem da Aliança para o Progresso.

## As Relações entre Brasil e Estado Unidos

As relações entre o Brasil e os Estados Unidos tornaram-se mais frequentes com a implantação da Primeira República, podemos encontrar uma das explicações para essa aproximação no livro *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil* (1990). Ao comentar sobre as diferentes inspirações de modelo republicano o historiador José Murilo de Carvalho menciona que uma parcela do grupo que iria levar adiante a nova forma de governo, se inspirava nos moldes estadunidenses.

Já a obra *Brasil-Estados Unidos: desencontros e afinidades* (2009) da professora Mônica Hirst, comenta que a aproximação entre os países também se deu por conta de uma leitura do cenário internacional feita pelo Barão do Rio Branco. O diplomata brasileiro que ocupou o cargo de Ministro das Relações Exteriores entre 1902 e 1912, via os Estados Unidos como uma futura potência que desbancaria a hegemonia de algumas nações do chamado “velho mundo”. A importância do Barão do Rio Branco e dessa fase da política externa brasileira foi tão grande que na mesma obra a autora acrescenta:

Deve-se lembrar que a Primeira República corresponde a um momento crucial na história diplomática brasileira. As premissas essenciais instituídas durante esse período estabeleceram os alicerces da política externa brasileira contemporânea: a opção pelo multilateralismo, o pacifismo e a busca por status na sociedade internacional. (HIRST, 2009, p. 21).

Desde 2018 o atual governo vem alterando as diretrizes mencionadas, modificando de forma significativa a atuação do Brasil no cenário internacional. Mas voltando à relação Brasil - Estados Unidos durante a Primeira República, é necessário ressaltar que embora tenham ocorrido algumas discordâncias entre os dois países, os laços não possuíram tantos entraves como veio a ocorrer a partir das décadas de 30/40.

Durante os governos de Getúlio Vargas (Provisório, Constitucional e Estado Novo) ocorreram algumas tensões com os Estados Unidos, afinal o gaúcho era admirador do fascismo europeu e mantinha relações próximas com a Alemanha devido à ideologia, mas também por conta de parcerias que julgava serem benéficas para o país. Dessa forma, o rompimento com a Alemanha aconteceu somente em 1942 por meio de um acordo secreto:

Os “Acordos de Washington” previam o empréstimo de US\$ 100 milhões para o projeto siderúrgico brasileiro e um crédito de US\$ 200 milhões para a aquisição de material bélico com base na lei norte-americana de empréstimos e arrendamentos (HIRST, 2009, p. 30).

Getúlio Vargas também promoveu mudanças ideológicas na sua base de apoio interna e enviou homens da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para a Itália, ainda assim essas ações não se mostraram suficientes para garantir o apoio de Roosevelt no pós guerra. Os tempos e intenções haviam mudado, segundo Hirst (2009, p.33) “Para Washington, tornara-se prioritário desvencilhar-se de regimes não-democráticos na América Latina.”

<sup>2</sup>Adoção de negociações diplomáticas e outras formas de cooperações pacíficas com a América Latina para estabelecer a hegemonia dos Estados Unidos na região, deixando de lado as práticas de intervenções diretas.

Também é pertinente esclarecer que as negociações sofriam mudanças conforme o cenário dos Estados Unidos se alterava. Tal como aconteceu com vitória de Franklin D. Roosevelt que a partir de 1932 gerou transformações na esfera interna e externa, sendo a “Política de boa vizinhança”<sup>2</sup> uma das guinadas de rumo mais conhecidas, o mesmo ocorreu com a eleição do republicano e ex general Dwight D. Eisenhower. O presidente em questão foi contrário à parceria desenvolvimentista que o governo brasileiro tanto ambicionava, e as negociações que já eram arrastadas chegaram ao fim em 1954, sem que se chegasse a um acordo.

Por conta das idas e vindas entre os dois Estados, o governo Juscelino Kubitschek diversificou suas relações ao dialogar e se associar a alguns países e empresas europeias, ao mesmo tempo buscava a manutenção dos laços com os Estados Unidos. Em contrapartida ocorreu um rompimento com o FMI e uma má relação com o Banco Mundial. A junção de todos os fatores gerou problemas para o Brasil, conforme Hirts (2009, p.42) “Além de um pesado *déficit* público, a economia brasileira registrava uma tendência inflacionária ascendente.” Sendo essa uma ingrata herança que Jânio Quadros e João Goulart receberam do governo JK.

Um último e importante elo das relações Brasil e Estados Unidos nos anos 1960 foi o representante máximo dos estadunidenses no Brasil. Lincoln Gordon ficou marcado na história brasileira pela sua atuação no país entre 1961 e 1966. O embaixador foi favorável ao golpe dos militares e levou suas observações sobre o Brasil diretamente ao presidente Kennedy e posteriormente a Lyndon B. Johnson. Gordon informou constantemente aos seus superiores que o Brasil corria sério risco de se tornar comunista face à proximidade de João Goulart com as esquerdas. Foi o então embaixador que aprovou os financiamentos de campanha à oposição, arquitetou a Operação Brother Sam e convenceu o Departamento de Estado e o presidente a colocarem-na em prática.

Com relação à Aliança para o Progresso Gordon ignorou por mais de uma vez as reclamações de Goulart quanto ao financiamento direto aos estados e teve participação na criação de um assunto que será discutido e explicado na parte final do trabalho, o catálogo ideológico para governadores.

## O Governo João Goulart

Os governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964) diversificaram ainda mais a política externa brasileira, e a falta de “alinhamento total” aos Estados Unidos fez com que ambos, mas principalmente Goulart, não gozasse de grande prestígio com os governos de John F. Kennedy e seu sucessor, Lyndon B. Johnson. Uma das novas políticas que desagradou à potência ao norte do continente ficou conhecida como PEI (Política Externa Independente) e consistiu em agir conforme os próprios interesses do Brasil, deixando de lado o alinhamento direto aos Estados Unidos e promovendo uma aproximação com os países subdesenvolvidos de todos os cantos do globo, incluindo América Latina.

Esse estreitamento diplomático foi visto pelos Estados Unidos como desrespeito e ameaça, pois a falta de alinhamento do Brasil também era acompanhada de uma intenção de espírito de liderança regional e quiçá global,<sup>3</sup> que poderia atrapalhar os planos que o país (EUA) tinha para essas nações.

## A Posse

Dentre os objetivos deste trabalho está o de identificar nos jornais notícias relacionadas à construção da imagem da Aliança para o Progresso, por isso se faz necessário um maior aprofundamento no governo de Jango. Dessa forma é possível obter um

<sup>3</sup>MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente, 1950-1988. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 91.

melhor entendimento sobre os fatores que levaram ao descontentamento de alguns setores da sociedade brasileira a ponto de os Estados Unidos ajudarem esses mesmos grupos a depor o presidente em exercício, mas principalmente financiar programas de auxílio econômico à América Latina. Essa contextualização é de extrema importância, afinal somente um movimento de assistencialismo não alcança um desfecho da dimensão daquele que aconteceu em 1964:

Em outras palavras, não basta conspirar, mesmo que com o apoio de potências estrangeiras. É preciso encontrar uma ampla base social para levar a conspiração adiante. Foi o que ocorreu em março de 1964. (FERREIRA, 2004, p. 183).

O governo de Goulart viveu fortes turbulências antes mesmo de assumir. Grupos conservadores e em partes de orientação militar, mostraram desde cedo seu descontentamento com a possibilidade de Jango assumir o poder. O gaúcho foi constantemente associado ao socialismo e ao comunismo, sendo essa uma acusação que se manteve na imprensa até à sua deposição, principalmente por meio de caricaturas.<sup>4</sup>

Como resposta aos atos dos grupos de direita, o governador do estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola,<sup>5</sup> organizou um movimento conhecido como “Campanha da Legalidade” que teve como objetivo defender a posse do vice João Goulart. Em um texto disponível no site da FGV- CPDOC, Celso Castro comenta que o governador do Rio Grande do Sul conseguiu o apoio de José Machado Lopes, comandante do III Exército e outros oficiais-generais que se encontravam espalhados pelo país. O mesmo escrito acrescenta que a situação se resolveu com a adoção de um sistema parlamentarista, dessa forma Jango pôde assumir a presidência no dia 7 de setembro de 1961, mas dentro de um sistema político que lhe dava poderes reduzidos, dificultando a implementação das reformas temidas pelos grupos já denominados.

## As Esquerdas

As esquerdas dos anos 1960 estavam longe de serem um conjunto homogêneo. Inicialmente se uniram na Frente Parlamentar Nacionalista, um movimento criado por Brizola para dar suporte às reformas do presidente João Goulart no âmbito do parlamentarismo provisório. Mas com o fim do novo sistema político em janeiro de 1963, ocorreu uma fragmentação, por isso Leonel Brizola criou um novo grupo que aglutinava as principais forças de esquerda da época, a Frente De Mobilização Popular (FMP). O movimento apoiava Goulart, mas também o pressionava a iniciar de forma rápida as reformas de base, com foco principal para a reforma agrária.

Por outro lado, havia facções da mesma vertente ideológica com pensamentos distintos. De acordo com Ferreira (2004) movimentos de esquerda de menor expressão pretendiam romper com Jango por considerarem-no um traidor e conciliador a serviço das classes dominantes e do sistema internacional face à demora em executar as demandas do povo como as reformas de base. Jorge Ferreira ainda acrescenta que a Frente De Mobilização Popular considerava o Partido Comunista Brasileiro (PCB) demasiado brando. O “partidão” optou por adotar a defesa do socialismo por vias pacíficas e democráticas, ao contrário do movimento liderado por Brizola que se tornava cada vez mais radical ao incorporar a imagem de revolucionários.

## O Embate

Os atores políticos presentes dos anos iniciais da Aliança para o Progresso no Bra-

<sup>4</sup>Esse aspecto é mostrado e discutido por Rodrigo Patto Sá Motta no livro *Jango e o Golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

<sup>5</sup>O político nascido no Rio Grande do Sul ocupou cargos de deputado, prefeito e governador em seu estado natal, mais tarde também foi deputado e governador pelo Rio de Janeiro. Durante o final dos anos 1950 e início de 1960 Lionel Brizola era o líder da esquerda que exigia reformas nos país.

silenciosamente em meio a uma enorme polarização, o que impedia o diálogo entre as diferentes ideologias. O presidente João Goulart foi o grande prejudicado com todo esse cenário, afinal o gaúcho nunca gozou de grande prestígio com a direita brasileira e também passou a se ver pressionado por alguns grupos de esquerda, fazendo com que o seu governo ficasse completamente isolado em meio às desconfianças e embates ideológicos.

Enquanto as esquerdas se sentiam confiantes para a implementação das mudanças desejadas, a direita se preparava para impedir a revolução almejada pelo aspecto político contrário. Com a ajuda da imprensa, conservadores e empresários causaram pânico na população ao exagerar e até mesmo inventar notícias sobre ações de violência e desordem protagonizadas pelo “grupo dos onze”<sup>6</sup> idealizado por Brizola e rechaçado pelo PCB. Os grupos de direita mais inclinados a romper com a democracia eram os já citados conservadores pertencentes à elite política e empresarial, e isso ocorria por um motivo simples, mas impactante. Segundo o já mencionado, Ferreira (2004, p.200) “A todos, no entanto, causava pânico a implementação de reformas que, distribuindo melhor a renda, retirassem deles privilégios seculares.”

O chefe do executivo via-se em um beco sem saída, era criticado pelas diferentes vertentes internamente e acuado pelos Estados Unidos que rejeitavam a (re)aproximação com o Brasil. Como já comentado, a opção de confronto tomada pelos grupos políticos não ajudava Goulart, só lhe restava o populismo, e foi exatamente o que ele fez. Com a participação de Brizola, Jango se lançou nos braços do povo. A estratégia para defender o cargo passava pela vontade da população e a pressão que ela poderia fazer ao congresso e à classe política no geral.

O plano deu certo, pressionado, o congresso fez concessões e João Goulart ganhou caminho aberto para fazer as mudanças que há muito eram desejadas por ele e por seus apoiantes. Mas ao contrário de 1961 quando a esquerda pedia obediência à constituição, o que ocorreu em 1964 não era tão constitucional, tampouco democrático. Estava formado o cenário perfeito para que a conspiração fosse efetivada. Ainda assim não deveremos ser ingênuos quanto às intenções dos golpistas, suas ações eram norteadas pela manutenção de privilégios, e não por um apego incondicional à democracia. Afinal:

Como conclui Argelina Figueiredo, a questão democrática não estava na agenda da direita e da esquerda. A primeira sempre esteve disposta a romper com tais regras, utilizando-as para defender os seus interesses. A segunda, por sua vez, lutava pelas reformas a qualquer preço, até mesmo com o sacrifício da democracia. (FERREIRA, 2004, p. 209).

O presidente também tinha um plano para se proteger de um golpe, mas também de simples discordâncias com a oposição. Tratava-se de algo conhecido como “dispositivo” um movimento composto por oficiais fieis a Jango que acabou por não ser eficiente como se esperava:

os oficiais do “dispositivo” praticamente enxotaram o presidente, do Rio para Brasília, de Brasília para Porto Alegre e de Porto Alegre para o diabo que o carregasse, desde que fosse para longe de suas biografias. Faziam isso em derradeira tentativa de buscar a qualquer preço um acordo que lhes salvasse as dragonas. (GASPARI, 2002, p.114).

Assim era o cenário interno do Brasil durante o período pré golpe, regado a descontentamento, polarização e desconfiança, formando a conjuntura ideal para uma interferência externa via um plano como a Aliança para o Progresso. Plano esse que ajudou a fortalecer as atuações e os discursos de uma parcela da sociedade que passou a se ver munida de argumentos e financiamento para legitimar sua já mencionada inclinação histórica em

<sup>6</sup>Movimento popular criado por Leonel Brizola que tinha como objetivo defender as reformas de base e monitorar grupos possivelmente golpistas para que pudessem agir a tempo.

romper com a democracia.

## Os Jornais

Para a realização deste trabalho foram realizadas algumas pesquisas sobre a Aliança para o Progresso e os resultados mostraram que no geral o plano foi um fracasso em termos de obras e de desenvolvimento da região. Mas por outro lado, a Aliança cumpriu com o seu objetivo político de alavancar a popularidade de governadores da oposição e auxiliar na desestabilização da política brasileira. Dessa forma os jornais foram utilizados para analisarmos a repercussão das obras e principalmente como o tema era construído pela imprensa de acordo com dois veículos de comunicação de ideologias opostas.

## Tribuna da Imprensa

O primeiro jornal analisado foi a *Tribuna da Imprensa*, uma publicação carioca fundada pelo jornalista Carlos Lacerda em 27 de dezembro de 1949 após o próprio ser afastado do *Correio da Manhã* por tecer críticas a um amigo do dono do jornal<sup>7</sup> Lacerda utilizava o periódico para difundir suas ideias e posições, e desde sempre se caracterizou como um veículo de oposição, fruto das duras críticas que fez a Getúlio Vargas, Café Filho, Juscelino Kubitschek e até mesmo Jânio Quadros. O jornal foi vendido por Carlos Lacerda nos meses finais de 1961 e voltou a mudar de dono em 1962. O proprietário passou a ser Hélio Fernandes, com quem Lacerda tinha boa relação, ao ponto de continuar influenciando o editorial político da publicação.<sup>8</sup>

A *Tribuna da Imprensa* tinha forte inclinação conservadora e apontava grupos de esquerda como um mal a ser combatido. Por outro lado, havia devoção aos militares, ao ponto de o jornal ter defendido uma intervenção desse grupo em 1955,<sup>9</sup> nove anos antes do Golpe de 1964 do qual Carlos Lacerda e própria *Tribuna da Imprensa* tardiamente se arrependeram de apoiar.

Em novembro de 1960 surgiu a primeira menção à Aliança para o Progresso na *Tribuna da Imprensa*. A reportagem foi destaque na capa do jornal acompanhada de um título poderoso e otimista, “Kennedy promete usinas e escolas à América Latina”. O texto é praticamente uma exposição sem questionamentos das declarações de G. Mennen Williams, então governador do estado de Michigan que estava no Rio de Janeiro e revelou à imprensa quais seriam os pilares da política externa do presidente John F. Kennedy para a América Latina.

O governador esclareceu que havia valores a serem seguidos, e por isso o auxílio econômico seria oferecido somente a países com governos democráticos, uma vez que o plano não contemplava ditaduras. A declaração e a matéria envelheceram mal, afinal o dinheiro da Aliança para o Progresso e de outros planos de ajuda foram utilizados para financiar a oposição nas eleições de 1962 e melhorar a imagem de governadores anti Goulart. Williams também prometeu que o projeto iria respeitar e se adaptar às particularidades de cada país, o que acabou por não acontecer, gerando críticas no futuro.

No mês de abril do ano seguinte a *Tribuna da Imprensa* publicou uma (extensa) matéria intitulada “Dillon explica o plano dos EUA para combater subdesenvolvimento na América”. O texto relata o discurso de Douglas Dillon, secretário do Tesouro dos Estados Unidos durante a 2ª Assembleia do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Questionado sobre os objetivos da Aliança, Dillon explicou que a intenção era gerar “crescimento, estabilidade e igualdade social para o cidadão”. Juntamente com esse discurso também existem menções ao fortalecimento da democracia e investimentos estrangeiros do chamado mundo livre, mas o

<sup>7</sup>Sobre Tribuna da Imprensa ver Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. CPDOC/FGV.

<sup>8</sup>Ibidem.

<sup>9</sup>Ibidem.

tempo mostrou que os Estados Unidos estavam muito mais preocupados com o segundo item do que com o primeiro.

No dia 15 de maio de 1961, surgiu na sexta página da *Tribuna da Imprensa* uma pequena matéria com o seguinte título: “Ministro de Fidel ataca Plano Kennedy”. Essa foi uma das primeiras vezes em que o jornal abriu espaço para a repercussão de críticas à Aliança para o Progresso, o exemplo citado foi fruto das declarações feitas por Alberto Mora, ministro do Comércio Exterior de Cuba. Nas rádios e televisões da ilha o ministro ridicularizou as cifras da Aliança, segundo ele Cuba nunca havia recebido menos do que duzentos e cinquenta milhões em créditos de países do bloco socialista, valor proporcionalmente superior aos quinhentos/seiscentos milhões de dólares que a Aliança para Progresso tinha para investir em toda a América Latina. Alberto Mora acrescentou que o plano era uma simples tentativa de comprar governos locais e que o socialismo seria o único caminho para o desenvolvimento na região.

É interessante observar que apesar do título da matéria se encontrar em letras relativamente grandes, o conteúdo em si é pequeno e situado no lado esquerdo da parte de baixo da página, recebendo um protagonismo muito menor do que as reportagens que anunciaram o plano ou deram espaço para que ele fosse explicado. Segundo Ana Maria de Almeida Camargo, é necessário ter cuidado ao se trabalhar com jornais porque:

corremos o grande risco de ir buscar num periódico precisamente aquilo que queremos confirmar, o que em geral acontece quando desvinculamos uma palavra, uma linha ou um texto inteiro de uma realidade (CAMARGO, 1971 conforme LUCA, 2008, p. 117)

Ainda assim a diferença de espaço reservado para as críticas face aquele disponível para explicação e exaltação ao plano, passam a impressão de que o antigo jornal de Carlos Lacera era favorável ao discurso da Aliança para o Progresso e às obras que iam sendo erguidas com financiamento do plano.

Mais adiante, em 1963, as relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos atingiram níveis críticos, sendo essa uma consequência de desafetos que vinham sendo construídos desde meados do ano anterior (LOUREIRO, 2020). Em janeiro de 1963 a *Tribuna da Imprensa* apresentou a seus leitores a primeira reportagem do ano que estava diretamente ligada a melhorias de infraestrutura do estado com dinheiro do plano de ajuda estrangeira. O título escolhido foi: “Favelas são o problema do diretor de esgotos”. A matéria abordou a poluição que afetava as praias da zona sul da Guanabara, e ainda contou com declarações do Diretor de Esgotos do estado. Ele argumentou que a ausência de garagens para os moradores da área nobre lavarem seus carros e as favelas da região, acabavam por poluir as praias e outras nascentes, bem como o lançamento inadequado dos esgotos ao mar.

Por fim o diretor Seroa da Mota explicou que a solução passaria pela construção de um Interceptor Oceânico que já estava em andamento e ficaria pronto em 1966 graças ao financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento. O encaminhamento dos esgotos para locais adequados por meio de um emissário submarino que sairia do papel com dinheiro da Aliança para o Progresso também foi mencionado. Esse tipo de obra e notícia era exatamente o que a Aliança queria vender, uma imagem de projeto que auxiliava no bem estar dos brasileiros, o que não era tão bem visto pelo *Novos Rumos* como veremos mais adiante.

No dia 20 de janeiro o diário estampou em suas páginas uma reportagem intitulada “Mauro não falou mal da Aliança” com foco principal em esclarecer uma polêmica em que Mauro

<sup>10</sup>GASPARI, Elio. A Ditadura Envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.192.

Borges, governador do Goiás havia se envolvido. Ao contrário dos rumores que corria, o político negou em entrevista que tinha descrédito na Aliança para o Progresso e também desmentiu ter declarado que os Estados Unidos iam reduzir a ajuda ao seu estado por ter feito negócio com a Tchecoslováquia.

É interessante observar como essas declarações foram reproduzidas no Rio de Janeiro, seria esse e mais um indício que o jornal era um defensor do plano? Mauro era um político mais à esquerda, sendo um dos que defendeu a posse de João Goulart em 1961<sup>10</sup> e mais se revoltou com o caráter ideológico adotado pela Aliança para o Progresso, tendo inclusive sido taxado como “esquerdista ultranacionalista” pela Embaixada dos Estados Unidos no Brasil.<sup>11</sup> Em um relatório o governador chegou a ser elogiado por Lincoln Gordon, o embaixador dos Estados Unidos no Brasil afirmou que Mauro era entusiasmado e trabalhava em um plano de desenvolvimento estadual consistente e realista (LOUREIRO, 2020) ainda assim o político do cerrado continuou sendo ignorado, até que:

Após frustradas tentativas de obtenção de ajuda via Washington, evidências apontam que, a partir de abril de 1963, o governador goiano teria se tomado mais receptivo a receber recursos da União Soviética e de países da Europa Oriental. De acordo com um relatório da seção da Embaixada norte americana em Brasília datado de maio de 1963, havia “rumores recorrentes de empréstimos e assistência técnica a serem fornecidos para o estado de Goiás por países da Cortina de Ferro”. (LOUREIRO, 2020, p.154).

As reclamações e ações do governador goiano acabaram surtindo efeito, e em maio de 1963 o estado de Goiás foi contemplado com verba para melhorar seu abastecimento de água e em dezembro recebeu mais empréstimos para fins educacionais, culminando em um agradecimento público por parte de Mauro Borges (LOUREIRO, 2020). Aparentemente a *Tribuna da Imprensa* quis apaziguar as antigas desavenças entre o governador e a Aliança, em prol de perpetuar uma boa imagem para o plano, caso contrário não faria sentido dar tamanho espaço para os esclarecimentos de um governador de outro estado que tinha fama de “esquerdista”.

Nos meses de janeiro, março e maio, o diário publicou as seguintes manchetes: “Eletrobrás diz onde quer verba da Aliança”, “Governo da GB recebe 2 bilhões da Aliança”, “GB terá mais escolas para acabar com o 3º turno”, “Lacerda e Aliança: mais escolas à GB” e “COCEA tem 52 milhões para fazer mercados”.<sup>12</sup> Todas essas notícias tinham em comum o foco em Carlos Lacerda, no estado da Guanabara e algumas de suas autoridades, como por exemplo o Secretário da Educação, Flexa Riberio, que foi responsável por dar declarações ao jornal sobre o projeto de educação. As manchetes mencionadas buscaram realçar a parceria do estado com a Aliança para o Progresso, visando melhorias para os cidadãos locais em âmbitos diversos. De melhorias em setores de energia e educação, passando ainda por investimento em indústrias e geração de empregos.

Neste contexto é muito importante discutir a publicidade nos jornais, porque ela (publicidade) segundo Luca (2008, p. 123), “no que diz respeito à imprensa periódica, transformou-se na sua principal fonte de recursos.” Esse fator pode indicar os comportamentos e interesses de qualquer veículo de mídia. Dito isso é de extrema importância mencionar que a *Tribuna da Imprensa* possuía propagandas variadas, haviam anúncios de agências de carros, empresas de transporte rodoviários, bancos, hotéis, várias lojas e produtos comerciais, bem como publicidade do governo do estado da Guanabara. São visíveis os anúncios da loteria local, passando por concursos, editais para

<sup>11</sup>Em maio de 1962 a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil produziu em conjunto com os consulados do país espalhados pelo Brasil, um catálogo ideológico para que os Estados Unidos tivessem melhor conhecimento sobre quais os políticos que deveriam apoiar na eleição de 1962 e também fornecer maior quantidade de empréstimos e doações por meio de planos de ajuda externa como a Aliança para o Progresso. Para mais informações ver: LOUREIRO, Felipe Pereira. A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra. São Paulo: Unesp, 2020. P.118.

<sup>12</sup>COCEA é a sigla para Companhia Central de Abastecimento do Estado da Guanabara

<sup>13</sup>UDN é a sigla para União Democrática Nacional.

a construção de supermercados e até uma curiosa e suspeita publicidade que incentivava a população a se reunir com o Amaral Netto, na época deputado federal pela UDN<sup>13</sup>, o mesmo partido do governador Carlos Lacerda.

Se juntarmos a isso a já citada influência que Lacerda tinha no editorial do jornal devido à sua proximidade com o proprietário, podemos afirmar que o periódico estava fazendo no início da década de 1960 o que ele havia criticado alguns anos antes. No ano de 1951 a *Tribuna da Imprensa* acusou o governo Getúlio Vargas de ter interesses suspeitos no jornal *Última Hora*:

O fundador e então proprietário da *Última Hora*, Samuel Wainer, seria, na opinião da *Tribuna da Imprensa*, um “aventureiro” financiado para “arruinar economicamente, pela desproporção dos recursos de que dispõe, a imprensa normalmente financiada pelos condutos legítimos (publicidade, assinatura e venda avulsa, e não os financiamentos espúrios nem as recomendações palacianas)”. (LEAL, <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tribuna-da-imprensa>).

No sentido contrário à idolatria promovida a Carlos Lacerda, o jornal se apresentava avesso a Miguel Arraes, o governador havia sido eleito em Pernambuco no ano de 1962 e nunca gozou de grande prestígio na *Tribuna da Imprensa* e em outros veículos de maior expressão, sua proximidade com comunistas e socialistas causava calafrios nos setores mais conservadores. Entre janeiro e junho existem pelo menos duas reportagens ligadas à Aliança para o Progresso com caráter anti Arraes.

A primeira intitulada “Arrais fixa hoje sua posição: Esquerdista” repercutiu o pleito eleitoral de outubro do ano anterior e acusou o governador de Pernambuco de recusar a ajuda da Aliança para o Progresso para o desenvolvimento do seu estado. O jornal afirmou que o político havia optado pelo caminho da esquerda revolucionária como Leonel Brizola e focou na simpatia que Arrais tinha pelos comunistas e sua aversão à Aliança para o Progresso, ignorando por completo que:

Apesar disso, é importante salientar que Brizola e Arraes não se recusaram, pelo menos publicamente, a receber fundos da Aliança por intermédio do governo federal brasileiro. Em outras palavras: caso a ajuda econômica de Washington respeitasse os caminhos legais, contando o processo de negociação e aprovação de projetos para os estados com participação direta de Brasília (ou de agências submetidas ao governo federal, como a Sudene e a Cocap), Rio Grande do Sul e Pernambuco teoricamente não se oporiam ao recebimento de recursos. (LOUREIRO, 2020, p.167).

Ainda assim esse fato não era surpreendente, afinal alguns indícios mostram a proximidade da *Tribuna da Imprensa* com grupos mais conservadores e a Aliança para o Progresso. A própria direção do plano era contrária à concessão de verba para Rio Grande do Sul e Pernambuco devido à postura anti americana de seus governantes (LOUREIRO, 2020).

A segunda crítica ao governador denunciou uma reunião da vanguarda nacionalista na casa de Lionel Brizola, detalhando que durante o encontro Miguel Arraes e outros convidados fizeram denúncias sobre a interferência dos Estados Unidos no Brasil por meio da Aliança para o Progresso e os voluntários de paz<sup>14</sup>. O próprio programa de paz também foi mencionado outras vezes no jornal como na reportagem deno-

<sup>14</sup>Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro, 3077, 20 de junho de 1963, 2ª página.

minada “Paz leva leite a dois milhões de nordestinos” onde se ressaltou a importância do apoio da Aliança para o sucesso do plano de doação de alimentos.

Apesar dos ataques a Miguel Arraes, a *Tribuna da Imprensa* divulgou muitas notícias relacionadas a obras e ações da Aliança para o Progresso no Nordeste, afinal os números socioeconômicos e o aumento da mobilização por parte da sociedade na região preocupavam o governo estadunidense, e Pernambuco era visto como um possível ponto de partida para movimentos revolucionários (LOUREIRO, 2020). Assim sendo, fazia muito sentido um órgão defensor do plano divulgar as melhorias que ele (plano) estava implantando nessa região que causava tantas preocupações. As melhorias em questão estavam relacionadas à construção de fábricas para a criação de emprego e doações para projetos de educação e saúde pública, bem próximo ao que se noticiava sobre ações no próprio estado da Guanabara.

Todo esse contexto de proteção e exaltação da Aliança para o Progresso por parte da *Tribuna da Imprensa* não pode ser definido como manipulação, porque ela (manipulação) consiste na tentativa de criar um questionamento por meio de algo artificial (BECKER, 2003), ou o que hoje chamamos de *Fake News*. De acordo com o autor, as ações superficiais são bem sucedidas somente quando estão acompanhadas de alguma forma por tendências reais e neste caso todas as notícias partem de fatos, por vezes com menor ou maior distorção, por isso, “condicionamento” é o melhor termo para definir a estratégia da *Tribuna da Imprensa*:

O “condicionamento”, por sua vez, deve ser analisado nos dois níveis, do curto e do longo prazo. O primeiro pode ser antes de tudo o resultado da propaganda. Os regimes totalitários fizeram disso uma especialidade, embora não seja certo que a propaganda, conscientemente organizada de maneira obsessiva, atinja sempre os fins visados. (BECKER, 2003, p. 193).

Embora a propaganda em questão não seja feita por um Estado totalitário e sim por um jornal em prol dos interesses de uma potência estrangeira no Brasil, as estratégias possuem paralelos semelhantes.

No meio de toda essa propaganda condicionada, surgiu nas páginas do jornal uma notícia intitulada “Participação maior de trabalhadores” que abordou uma recomendação feita Almino Affonso aos governos dos Estados Membros da Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho. O ministro sugeriu à Aliança para o Progresso a inclusão de trabalhadores urbanos e rurais nos órgãos de planejamento urbano e social, bem como o fornecimento de auxílios e reformas estruturais necessárias. Isso dá a entender que era baixo o número de trabalhadores da classe popular engajados com o plano e que o tema era mais uma de muitas divisões presente na sociedade da época.

Mas para não cair na armadilha mencionada por Ana Maria de Almeida Camargo, já citada anteriormente, é necessário fazer uma exposição e análise sobre as críticas à Aliança para o Progresso que apareceram em algumas páginas da *Tribuna da Imprensa*. O diário repercutiu as declarações de Clare Luce, ex embaixadora dos Estados Unidos na Itália e de autoridades que anteriormente estiveram ligadas ao plano. A primeira teceu críticas à elite da América Latina e à instabilidade da região como um todo que assim dificultava o sucesso da Aliança para o Progresso<sup>15</sup>. Em outra reportagem nomeada “Aliança vai fracassar” as já mencionadas autoridades apontaram como um dos motivos para o fracasso do plano, a insistência dos Estados Unidos em tratar a América do Sul como região e não como países separados.

Mas a matéria de maior destaque aconteceu com Paul Sweezy. *Tribuna da Imprensa* fez uma entrevista com o economista marxista e a publicou com o título “Fracasso da Aliança trará intervenção”. Durante a conversa o professor afirmou que o plano de ajuda econômica seria um fra-

<sup>15</sup>Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro, 2957, 25 de janeiro de 1963, 2ª página

casso porque os Estados Unidos não iriam abrir mão do seu “império” na região, desse modo o conflito interno do Brasil teria tendencia em aumentar, e com isso os ianques poderiam fazer uma intervenção armada com um pedido de ajuda forjado. Sweezy ainda acrescentou que seu raciocínio era válido para qualquer país latino americano.

O futuro revelou que as críticas e previsões de Paul Sweezy estavam assustadoramente corretas. Os Estados Unidos jamais abriram mão do controle que tinham na região e a Aliança rapidamente se tornou uma ferramenta política com direito a catálogo ideológico dos governadores, como já foi mencionado e explicado anteriormente. A intervenção armada não aconteceu no Brasil, mas por pouco, uma vez que a Operação Brother Sam foi abortada quando já estava a caminho da costa brasileira, pronta para intervir caso João Goulart, seus aliados e o povo decidissem reagir contra os golpistas em 1964.

Essa e as outras críticas anteriores são declarações de terceiros, e não textos editoriais do jornal. Foram pouquíssimas as matérias que se atreveram a questionar a Aliança para o Progresso, ainda assim suas críticas eram relacionadas às burocracias do plano que acabavam por atrasar o repasse de verbas e consequentemente a efetividade das melhorias projetadas.<sup>16</sup> Até onde foi visto, reclamações e acusações de interferência externa não foram presentes nos textos editoriais da *Tribuna da Imprensa* ao longo de 1963.

## Novos Rumos

Já o *Novos Rumos* era o oposto do conservadorismo do primeiro jornal analisado, o semanário era utilizado para enaltecer a luta comunista e atacar a oposição, tal como já havia sido feito por outros jornais que no passado pertenceram ao Partido Comunista Brasileiro. O *Novos Rumos* foi criado em janeiro de 1959 na esteira da renovação política do PCB que buscava aumentar a aceitação e crescimento do partido perante a sociedade.<sup>17</sup>

O jornal pertencia à Editora Aliança do Brasil Ltda e tinha sede no Rio de Janeiro, embora também houvessem filiais nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Com colaboradores conhecidos dos comunistas brasileiros, o semanário chegou a ter tiragens de sessenta mil exemplares, mas o jornal precisava de financiamento do Partido Comunista Brasileiro para se sustentar, assim como verba adquirida por meio de publicidade que geralmente era voltada para livros e revistas soviéticas.<sup>18</sup>

No *Novos Rumos* o governador Carlos Lacerda não era visto como aliado e muito menos era exaltado como acontecia na *Tribuna da Imprensa*. No periódico comunista o ex jornalista era ferozmente criticado, e os elogios iam para Miguel Arraes, então governador de Pernambuco que na época era fortemente combatido justamente pela *Tribuna da Imprensa*, o motivo, sua já apresentada proximidade com os comunistas e a esquerda em geral, bem como seu posicionamento anti Estados Unidos e aversão à Aliança para o Progresso. Já com Goulart a relação não era tão boa, o jornal era crítico da política de conciliação do presidente e clamava por um rompimento com o PSD porque acreditava que só assim as reformas de base sairiam do papel.<sup>19</sup>

Antes de apresentar os recortes e a análise de alguns trechos do *Novos Rumos*, é necessário explicar o motivo da utilização de mais de um periódico, bem como a razão de serem tão distintos em seus editoriais. Quando se trabalha com a imprensa visando a compreensão de como ela abordava um determinado assunto, é fundamental utilizar lentes que enxergam os acontecimentos de forma distinta, porque:

<sup>16</sup>Indo na contra mão da esquerda e do próprio governo que apontava para a ilegalidade das negociações diretas entre a Aliança para o Progresso e alguns estados. Por conta disso o presidente João Goulart tentou centralizar as negociações de ajuda externa. LOUREIRO, Felipe Pereira. A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra. São Paulo: Unesp, 2020. p.176.

<sup>17</sup> FERREIRA, Jorge. *Novos Rumos: jornal do Partido Comunista Brasileiro*. Locus: Revista De História, [S. l.], v. 19, n. 2, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20743>>. Acesso em: 3 fev. 2021.

<sup>18</sup>Ibidem.

<sup>19</sup>Ibidem

Num país onde a imprensa é livre, todos os aspectos da opinião pública têm chance de se refletir nos jornais: uma análise bem feita, isto é, que faz uma seleção judiciosa, que utiliza uma imprensa tão variada quanto possível, constitui portanto uma abordagem qualitativa da opinião pública que não se deve desprezar. (BECKER, 2003, p. 196).

Dessa forma é possível observar as diferentes visões dos jornais sobre o processo de construção da imagem da Aliança para o Progresso. Para isso é essencial a análise e comparação de mais de um periódico.

No ano de 1961 o *Novos Rumos* criticou a relação que os Estados Unidos criaram entre a Aliança para o Progresso e Cuba. Em um espaço descrito como *Nota Internacional* foi possível ler uma matéria com o título “Chantagem Com a Miséria do Povo”. A reportagem fez menção a um discurso do presidente John F. Kennedy, onde ele citava a Aliança para o Progresso ligada a uma narrativa anti Cuba. O jornal criticou com veemência a insinuação de boicote e agressão ao regime cubano por parte dos outros países latinos como uma condicionante ao auxílio de desenvolvimento. Desde cedo o semanário comunista torceu o nariz ao plano econômico pois desconfiava de suas reais intenções e assim como aconteceu com as críticas de Paul Sweezy, o tempo mostrou que as ressalvas do *Novos Rumos* para com a Aliança para o Progresso tinham fundamento.

Meses depois uma matéria intitulada “Missão de Stevenson: Cruzada contra Cuba” abordou a visita do embaixador dos Estados Unidos na ONU a países da América do Sul. O jornal afirmou que a visita era essencialmente para costurar alianças que permitissem ações contra Cuba. É pertinente comentar que a narrativa do *Novos Rumos* sobre a preocupação e articulação dos Estados Unidos para atacar o regime cubano tinha embasamento histórico. Afinal os estadunidenses pressionavam os países da América Latina e principalmente o Brasil, para que adotassem ações de hostilidade contra a ilha, mas a proposta já havia sido negada com “polidez e firmeza”<sup>20</sup> pelo antecessor de João Goulart.

O semanário ainda acrescentou que o alinhamento direto com os Estados Unidos era visto com bons olhos na grande imprensa, citando a *Tribuna da Imprensa* como exemplo. Mas ao final o texto afirmou que essas políticas não eram bem vistas pelo povo e que a população não devia se deixar enganar por empréstimos e créditos provenientes de planos como a Aliança para o Progresso. A impopularidade das políticas em questão com o povo, conversa diretamente com uma já mencionada declaração de Almino Affonso que fora estampada na *Tribuna da Imprensa*.

Em uma coluna lateral onde o espaço era reservado para opiniões do público, surgiu uma pequena carta com o título “Os irmãos”, onde um leitor criticou a propaganda que uma religiosa havia feito à Aliança para o Progresso e a forma como os estadunidenses tratavam o Brasil. No caso, como uma nação incapaz de resolver seus problemas. Essa notícia ajuda a constatar que o público dos dois jornais era distinto, e esse fator também é importante quando se trabalha com análises de periódicos (LUCA, 2008).

A ironia também foi uma linguagem constante quando o *Novos Rumos* abordava qualquer assunto ligado à Aliança para o Progresso. Esse artifício acabava ridicularizando as ações ligadas ao plano, sendo essa mais uma postura antagônica à adotada pela *Tribuna da Imprensa*. Na reportagem “Dois anos de Fracasso” o semanário comunista denunciou a ausência de crescimento do país, o excesso de verba destinado ao governador Carlos Lacerda bem como o descaso com o Nordeste. O texto finalizou definindo a Aliança para o Progresso como um plano de construção de latrinas, algo que já havia sido dito por Che Guevara e fazia certo sentido. De acordo com Loureiro (2020) o auxílio para aperfeiçoamento de infraestruturas de saneamento estava dentro dos itens propostos pela Aliança para o Progresso.

Na mesma linha, o semanário comunista divulgou em novembro de 1963 um texto que repercutiu uma notícia de Belo Horizonte, de onde chegou a informação que

<sup>20</sup>CABRAL, Castilho. Tempos de Jânio e outros tempos. IN: MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente, 1950-1988. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p.89.

<sup>21</sup>Novos Rumos. Rio de Janeiro, 247, 15 a 21 de novembro de 1963, 4ª página.

o plano de ajuda externa havia doado à Guarda Civil de Minas Gerais dois megafones e cinquenta e nove algemas do mesmo modelo utilizado pelos agentes do FBI. O *Novos Rumos* ainda especulou o quão grato e emocionado o governo mineiro teria ficado com essa bondosa doação que “tudo” tinha a ver com o combate ao subdesenvolvimento na América Latina.<sup>21</sup> Neste caso em específico o jornal ainda utilizou como recurso uma ilustração para reforçar a posição do seu texto, sendo essa uma novidade introduzida no Brasil por Manuel de Araújo Porto – Alegre em 1837 (LUCA, 2008). O sucesso foi grande e:

A importância conferida aos grafismos cômicos por alguns jornais fez com que comesçassem a ser publicados em destaque, às vezes na primeira página. A simbiose entre caricatura e imprensa diária foi profunda, a ponto de parecer pobre e incompleto um jornal que não contasse com pelo menos um desenhista de humor. (MOTTA, 2006, p.19).

A utilização de charges também facilitava na difusão e compreensão da mensagem por parte dos analfabetos (MOTTA, 2006) o que era de extrema importância para um jornal que tinha como um de seus objetivos lutar pela classe operária, um dos grupos com maior déficit de letramento da época devido às dificuldades econômicas que enfrentavam.

Outra diferença entre *Novos Rumos* e *Tribuna da Imprensa* era a relação com o governador do estado da Guanabara que já foi rapidamente mencionada por aqui. No jornal de orientação comunista Carlos Lacerda era um inimigo político que segundo Ferreira (2015, p. 218) era acusado de “corrupção administrativa, violência policial, golpismo político e gastos excessivos com publicidade governamental”. Logo o *Novos Rumos* conseguiu facilmente articular essas denúncias com a Aliança para o Progresso. A matéria “Orçamento da Guanabara Para a Campanha Política” acusou o governador de não cumprir as promessas de campanha e de receber um “salário” para trair o país tendo a Aliança para o Progresso como intermediária.

Na reportagem “Entreguismo e Paranoia” o jornal criticou a entrevista de Lacerda publicada na revista *O Cruzeiro* onde governador lembrou seu encontro com Kennedy em março de 1963. O *Novos Rumos* buscou realçar a submissão de Lacerda aos Estados Unidos e sua disposição para ajudar os estadunidenses a construírem uma boa imagem da Aliança perante a opinião pública.

Por outro lado, o jornal abria espaço para críticas ao plano, e a mais contundente foi feita precisamente por Miguel Arraes, político desprezado pela *Tribuna da Imprensa*. Em uma matéria extensa denominada “Arraes denuncia a “Aliança”” o jornal repercutiu os dados de um relatório apresentado pelo governador em uma reunião do Conselho diretor da SUDENE.<sup>22</sup> O pernambucano realçou que o caráter original da Aliança para o Progresso não estava sendo cumprido, assim como os critérios técnicos para a liberação de auxílio que não estavam levando em conta as áreas mais carentes nem as leis que permitiam somente ao governo federal negociar com os Estados Unidos para depois efetuar o repasse à região Nordeste pela SUDENE. A soberania e integridade nacional também estavam longe de serem respeitadas pelo plano.

A matéria ainda complementou a fala do governador ao dizer que a USAID-Brasil utilizava a Aliança para fins políticos, afinal ficava a cargo deles o controle do que podia e não podia ser feito com dinheiro, lembrando que a quantia era quase insignificante para uma região tão grande. O jornal ainda informou que era exigido pelos estadunidenses a divulgação de uma música de exaltação da Aliança nos meios de comunicação.

A narrativa do periódico do Partido Comunista Brasileiro era bem distinta da-

<sup>22</sup>SUDENE é a sigla para Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

<sup>23</sup>Novos Rumos. Rio de Janeiro, 231, 26 de julho a 1 de agosto de 1963, 3ª página.

quela adotada pela *Tribuna Imprensa*. No diário que antes pertencera a Carlos Lacerda as doações de leite a escolas e centros de saúde eram informadas como algo positivo enquanto o *Novos Rumos* enxergava a ação como esmola para iludir e controlar o povo brasileiro<sup>23</sup>.

Fazer uma contraposição da *Tribuna da Imprensa* com o *Novos Rumos* foi essencial para se compreender que a imprensa e a sociedade brasileira como um todo não tinha uma visão homogênea da Aliança e suas ações. Para o historiador, de acordo com Becker (2003), a opinião pública não possui uma concepção única onde existe unanimidade quanto a um acontecimento ou fato, muito pelo contrário, ela é repleta de pluralidade com diferentes tendências:

Entretanto, essas diferentes tendências não têm o mesmo peso, um peso que se mede em “quantidade”, e também em “qualidade”. Entendamos por aí que a intensidade com que se manifesta uma tendência da opinião pública não é indiferente. Simples contagens não bastam para determinar a importância respectiva das tendências da opinião, e é indispensável combinar a abordagem qualitativa com a abordagem quantitativa. (BECKER, 2003, p. 191)

Ou seja, mesmo que uma determinada voz seja menos escutada, isso não a torna inexistente. Segundo Peyrefitte “minorias atuantes” (podem) influir “mais no acontecimento que maiorias silenciosas”<sup>24</sup>. Logo, embora o *Novos Rumos* tenha tido uma circulação menor que a *Tribuna da Imprensa* ele continuava emitindo sua opinião e ela teve e ainda tem sua relevância histórica.

## Considerações Finais

Os objetivos inicialmente propostos pelo presente trabalho foram cumpridos. Em um primeiro momento foi possível observar o histórico e compreender as diferentes fases da relação entre Brasil e Estados Unidos, bem como os motivos que geraram a Aliança para o Progresso e posteriormente sua utilização como ferramenta política com ações pontuais para prejudicar o governo de João Goulart. O contexto político, social e até mesmo econômico foi apresentado e discutido, principalmente na segunda parte do trabalho. A polarização em que o país se encontrava na época e seus problemas financeiros, acabaram por ser essenciais para uma melhor compreensão dos interesses que levaram a *Tribuna da Imprensa* e o *Novos Rumos* adotarem narrativas distintas sobre o plano.

Também é impossível desassociar qualquer tipo de conclusão deste trabalho sem levar em conta o contexto da Guerra Fria onde duas potências guerreavam pela hegemonia da influência global, e como já vimos a própria Aliança para o Progresso surgiu como resposta dos Estados Unidos à Revolução Cubana e ao avanço da União Soviética no terceiro mundo. A conjuntura mencionada e o fato de o *Novos Rumos* pertencer ao Partido Comunista Brasileiro e não possuir publicidade do governo da Guanabara, mas sim de livros e revistas soviéticas, deixava bem claro de que lado estavam.

Por outro lado, a *Tribuna da Imprensa* tinha inclinação conservadora e apresentava em suas edições publicidade do governo do estado que tinha como líder Carlos Lacerda, fundador e antigo dono do jornal. O governador era um dos políticos brasileiros pró Estados Unidos e pró Aliança para o Progresso, não atoa foi líder no que diz respeito a recebimento de ajuda do plano e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. A postura passiva e elogiosa de seu editorial da *Tribuna da Imprensa* com relação à Aliança também não deixa dúvidas e se levamos em

<sup>24</sup>PEYREFITTE, Christel. Les premiers sondages d'opinion. IN: RÉMOND, René (Org.). Por uma história política. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 191.

conta a promoção feita pela defesa do capital estrangeiro e sua ampla relação com o político mais beneficiado pelo plano, podemos concluir que por razões ideológicas e publicitárias a Tribuna da Imprensa era defensora da Aliança para o Progresso e de suas ações.

### Referências Bioográficas

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. IN: René Remond (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

CARVALHO, J. M. **A Formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Celso. **Os militares e o governo João Goulart**. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Os\\_militares\\_e\\_o\\_governo\\_JG](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Os_militares_e_o_governo_JG)>. Acesso em: 28 jul. 2020.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo**, Niterói, v. 14, n. 28, p. 123-143, jun. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-77042010000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042010000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 25 jul.2020.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 181-212, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882004000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 31 jul. 2020.

FERREIRA, Jorge. Novos Rumos: jornal do Partido Comunista Brasileiro. **Locus: Revista De História**, [S. l.], v. 19, n. 2, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufrf.br/index.php/locus/article/view/20743>>. Acesso em: 3 fev. 2021.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **As reformas de base**. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As\\_reformas\\_de\\_base](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base)>. Acesso em: 28 jul. 2020.

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais**. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2016.

FICO, Carlos. **O Grande Irmão - da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HIRST, Monica. **Brasil – Estados: desencontro e afinidades**. 1.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

KORNIS, Mônica Almeida. **Parlamentarismo: sim ou não?**. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Parlamentarismo\\_sim\\_ou\\_nao](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Parlamentarismo_sim_ou_nao)>. Acesso em: 28 jul. 2020.

LEAL, Carlos Eduardo. Tribuna da Imprensa. IN: **Verbete FGV CPDOC**.

LOUREIRO, Felipe Pereira. **A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra**. São Paulo: Unesp, 2020.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente, 1950-1988**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. **Jango e o Golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

**O DIA que durou 21 anos**. Direção: Camilo Tavares. Produção: Karla Ladeia. Brasil: Pequi Filmes, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ltawI64zBEo>>. Acesso em: 24 out. 2020.

RAPOPORT, Mario; LAUFER, Rubén. Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 43, n. 1, p. 69-98, jun. 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292000000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292000000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 25 jul. 2020.

REIS, Daniel Aarão. A ditadura civil-militar. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 mar. 2012. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/prosa/post/aditadura-civil-militar-438355.html>>. Acesso em: 26 jun. 2021.

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloísa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVEIRA, LorenaBurjack da. Estados Unidos e o Golpe de 1964: suporte logístico, bélico, financeiro e a concessão de exílio político. In: **II SEMINÁRIO DE PESQUISA DA PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA UFG/UCG**, 2009, Goiânia. Disponível em: <[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/IISPHist09\\_LorenaBurlveira.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/IISPHist09_LorenaBurlveira.pdf)>. Acesso em: 25 jul. 2020.